# «Maternidade ou antecâmara de um inferno feminino?» Alfredo da Costa e a saúde materno-infantil

«Maternity or antechamber of a female hell?»

Alfredo da Costa and the maternal-infant health

Maria de Fátima Reis<sup>1</sup>

Resumo: O artigo aborda as condições da Enfermaria de Partos de S.<sup>ta</sup> Bárbara, do Hospital Real de S. José, partindo do entendimento de Alfredo da Costa, professor da Escola Médico-Cirúrgica de Lisboa, médico obstetra nesse hospital e diretor dessa maternidade. Tanto as lições de abertura do Curso de Obstetrícia da Escola Médico-Cirúrgica, em 1899 e 1900, como o relatório entregue, em 1906, ao Conselho da Escola Médico-Cirúrgica de Lisboa denunciam as condições deficientes do espaço e a grande carência de materiais indispensáveis ao bom funcionamento da enfermaria, assim como o depauperado estado físico das parturientes.

**Palavras-Chaves:** Parto; maternidade; Alfredo da Costa; enfermaria.

Abstract: The paper analyzes the conditions of the Santa Barbara childbirth ward, at the Royal Hospital of S. José, based on the understanding of Alfredo da Costa, a professor at the Lisbon Medical-Surgical School, an obstetrician at this hospital and the director of this maternity. Both the opening lessons of the Medical-Surgical School Obstetrics Course in 1899 and 1900, as well as the report delivered in 1906 to the Lisbon Medical-Surgical School Council, denounce the deficient conditions of the space and the lack of essential materials indispensable to the proper functioning of the ward, as well as the poor physical state of the parturients.

**Keywords:** Childbirth; maternity; Alfredo da Costa; ward.

<sup>&</sup>lt;sup>1</sup> Centro de História, Cátedra de Estudos Sefarditas Alberto Benveniste, Faculdade de Letras, Universidade de Lisboa; Academia Portuguesa da História. ORCID ID: https://orcid.org/0000-0002-2999-2213.

Reconhecendo que a questão dos saberes obstétricos e da prática de partejar têm merecido atenção historiográfica recente, importa neste estudo sublinhar o caso da enfermaria de Santa Bárbara, do Hospital Real de S. José, em Lisboa, entre fins do século XIX e princípios do século XX. Realidade observada pelas apreciações de um contemporâneo, Alfredo da Costa, médico obstetra nesse hospital e professor da Escola Médico-Cirúrgica de Lisboa.

Situa-se este trabalho num tempo já de desenvolvimento da prática de medicalização do parto, não só na sequência do esforço de formação profissional das parteiras, a partir da segunda metade do século XIX, como no contexto de relevo científico da Obstetrícia e da Pediatria, se bem que a hospitalização para o parto estivesse então associada à mulher pobre (Carneiro, 2005; Freitas, 2011; Reis, 2018). Tempo de passagem da «arte de partejar» à «ciência do parto», de que vale lembrar, em relação a estes momentos, o Novo método de partejar, recopilado dos mais famigerados e sábios autores (1772), da autoria de Manuel José Afonso e José Francisco de Melo, e Recopilação da arte dos partos, ou quadro elementar obstetrício para instrução das aspirantes que frequentam o curso de partos (Lisboa, Na Imp. de J. M. R. e Castro, 1838), de Joaquim da Rocha Mazarém, cirurgião, com uma passagem pelo Brasil, que dirigiu a enfermaria de partos do Hospital de S. José e a Régia Escola de Cirurgia de Lisboa, sendo professor da cadeira de Obstetrícia entre 1825 e 1849, e que publicou várias obras sobre Obstetrícia e a instrução das parteiras. «Ao acompanhar a trajetória profissional desse cirurgião percebe-se como a "arte de partejar" foi gradativamente tornando-se a "ciência do parto", em Portugal» (Barreto, 2011: 1).

Para o assunto e o espaço aqui em foco, cumpre dizer que a proteção especial à mulher grávida nos leva ao Hospital Real de S. José, que, após a ruína do Hospital de Todos-os-Santos, ocupou, a partir de 1775, o edifício do Colégio de S.to Antão, que fora a principal casa dos Jesuítas até à sua expulsão do reino por decreto pombalino (Romeiras, 2018). Das nove enfermarias de mulheres existentes neste hospital, uma delas era destinada a mulheres grávidas e a puérperas. Designada por Enfermaria de S.ta Bárbara, tinha 42 camas e situava-se num corredor interior, comprido e estreito, mal iluminado e deficientemente ventilado. Alguns anos mais tarde, foi transferida para um andar superior do mesmo edifício, num espaço mais amplo e arejado, com capacidade para 55 camas. Era diretor desta Maternidade de S.ta Bárbara o Dr. Alfredo da Costa, que, em 1906, manifestava a sua preocupação com as instalações inadequadas e a grande carência de materiais indispensáveis ao bom funcionamento da enfermaria, pedindo o necessário apoio ao enfermeiro-mor dos Hospitais, o Dr. Curry Cabral, seu amigo e colega de consultório (Almeida, 1983: 22-23).

Manuel Vicente Alfredo da Costa nasceu em Goa, a 28 de fevereiro de 1859. Frequentou a Escola Médico-Cirúrgica de Lisboa (Botelho, 1994), alcançando, em 1887, por concurso, o lugar de demonstrador da secção cirúrgica dessa escola, com um estudo intitulado Sobre a natureza da febre puerperal. Em 1889, passou a lente substituto e, depois, a bibliotecário e secretário da escola, sendo da sua responsabilidade a publicação do primeiro Anuário da Escola, de 1891. Em 1897, ascendeu a lente proprietário da secção cirúrgica, transitando, nesse ano, para a cadeira de Obstetrícia e assumindo a direção da Enfermaria-Maternidade de S.ta Bárbara, do Hospital de S. José. Considerado precursor da criação, em Portugal, da assistência materno-infantil, Alfredo da Costa foi membro da Academia das Ciências de Lisboa (1892), da Sociedade de Geografia de Lisboa (1893) e da Sociedade de Ciências Médicas de Lisboa, da qual foi presidente e membro benemérito (1906), pelo seu papel no XV Congresso Internacional de Medicina, realizado em Lisboa (Mendes, 1999; Rego, 1959).

Diga-se que o centenário do nascimento de Alfredo da Costa ficou gravado pelas palavras de João Filipe do Rego, por ocasião do ato solene de inauguração do ano letivo de 1959-1960 da Escola Médica de Goa, ao tempo a capital do Estado português na Índia, o qual fizera a sua aprendizagem obstétrica na Maternidade Dr. Alfredo da Costa, sob os ensinamentos de Costa-Sacadura, discípulo de Alfredo da Costa. No continente, coube a lem-

brança a Fernando da Silva Correia, higienista com vasta obra na história hospitalar.

Em 1899, na lição de abertura do Curso de Obstetrícia da Escola Médico-Cirúrgica, tratava Alfredo da Costa de um problema de assistência pública que reputava de «primeira importância»: o da «protecção às mulheres grávidas pobres, como meio de promover o desenvolvimento fetal e de contribuir para sustar até certo ponto a atrofia e o depauperamento physico de novas gerações» (Costa, 1899: 7). Reconhecendo que, neste caso, o «pejamento» é passado em trabalhos árduos nas fábricas, nos campos, nas vendas, «de funestas consequencias para o desenvolvimento do filho que trazem nas entranhas», concluiu, com base na estatística do ano corrente (1899), que a «má alimentação, a insalubridade da habitação, o proprio exgoto ocasionado pela fadiga e em especial as preocupações moraes, não são de certo quantidades a desprezar» na maior percentagem dos partos prematuros e nos consequentes «inconvenientes para as mães, sempre nocivos á saúde e á robustez dos filhos» (Costa, 1899: 8-11).

Das 830 mulheres que entraram na Maternidade da Enfermaria de S.ta Bárbara entre janeiro e novembro desse ano, Alfredo da Costa elegeu para observação 150, que, «pela enumeração circumstanciada de todos os pormenores da historia da gravidez, do parto e do puerperio», garantiam um estudo cuidado. Classificou esses boletins clínicos em três sé-

ries de 50 cada: série A (mulheres entradas na maternidade pelo menos 10 dias antes do parto e com diagnóstico seguro de gravidez de termo, pela indicação precisa da última menstruação), série B (mulheres entradas na maternidade no momento do trabalho de parturição ou com menos de 10 dias antes dessa situação e igualmente com informação exata do último cataménio) e série C (mulheres entradas na maternidade em trabalho de parto ou com menos de 10 dias antes desse estado, mas cujo termo de gravidez não pode ser fixado com rigor por falta de esclarecimentos quanto à data explícita das últimas regras). Examinadas as especificidades das seriações e as condições gerais — «mulheres sãs, sem pelviviciações apreciáveis ou pelo menos apreciadas, e todas com partos de que nasceram creanças vivas» —, observou Alfredo da Costa que a diferença de peso entre as crianças é «frizante», entenda-se, expressivo e diretao mente proporcional às características dos ordenamentos. As crianças da série A pesavam, em média, 3361 gramas, as da série B 3116 gramas e as da série C 3006 gramas. A diferença de valores mantém-se mesmo quando tratados os dados em função da idade e quantiparidade das mulheres e do sexo dos filhos. Para além dos filhos de multíparas serem mais desenvolvidos do que os de primíparas, os resultados obtidos, tendo em conta as profissões e os períodos de albergamento das mulheres, apontaram para o maior peso dos filhos estar relacionado com o descanso das mães e

para o facto de o excesso e continuação de trabalho até ao parto prejudicar o desenvolvimento fetal (Costa, 1899; 9-17 e quadros anexos). Convergindo estes resultados com os então conhecidos para Paris e para Bolonha, defendia Alfredo da Costa que «ao lado de maternidades propriamente dictas é preciso que se criem hospícios onde estas pobres mulheres possam contar por algum tempo com boa alimentação e conforto» (Costa, 1899: 17).

Evocando o dito popular «Quem torto nasce, tarde ou nunca se endireita», insistia, por um lado, nos riscos dos prematuros que, devido a débil nascença, estavam, em geral, condenados a «uma vida inteira de fraqueza corporal em que amiude se enxertam as dystrophias [desenvolvimento inadequado], as nevropathias e as molestias consumptivas [que provocam emagrecimento]», e, por outro, a agravar as condições dos nascituros, advertia para as deficiências higiénicas dos recém-nascidos pobres. Tudo se refletiria forçosamente, no seu entender, no «vigor do nosso povo, já de si pouco vigoroso», como provava a estatística do recenseamento militar de 1897, em que, dos 47 833 «mancebos inspeccionados», foram rejeitados por incapazes 15 604 indivíduos, figurando entre as causas de primeira linha a falta de robustez, com 7177 isentados, e, em segundo lugar, a falta de altura, com 1743 dispensados (Costa, 1899: 18-19). Recomendava, pois, o professor de Obstetrícia que, a par de maternidades devidamente instaladas e equipadas, se estabelecesse, de maneira efetiva, a proteção à primeira infância, preservando as mães que amamentassem e que, «acceitando-se a ilegitimidade como uma realidade, embora censuravel, conviria instituir casas de refugio e de abrigo onde a confiança no sigilo fosse uma salvaguarda contra o crime» (Costa, 1899: 23).

Estas sugestões de «hygiene obstetrica» e de «hygiene social» (Costa, 1899: 23)<sup>2</sup> foram reforçadas na lição de abertura do ano letivo seguinte, consagrada à proteção dos recém--nascidos pobres, advertindo Alfredo da Costa para o problema da mortalidade infantil, derivada da «malevolência» ou da «fome» (Costa, 1901: 18; Baptista, 2016), havendo que dirigir bem a alimentação, preferindo-se, sempre que possível, o leite materno. Denunciava, assim, o clínico quer «o numero de fetos a que a intervenção criminosa cortou o fio da carreira a meio da evolução intra-uterina», quer o uso corrente, entre todas as camadas sociais, da «açorda com dentinho de alho», que originava dermatoses, diarreias, lienterias, atrepsia (defeito de assimilação dos alimentos que gera emagrecimento) e até morte, e as crianças que eram «victimas do biberon inscientemente manejado» (Costa, 1901: 18-19). Insurgindo-se contra a amamentação mercenária e a generalização do biberão, cuja assepsia era difícil de alcançar, propunha a criação de gotas de leite (centros que esterilizavam o leite e o distribuíam às crianças carentes) e o desenvolvimento de creches, promovendo a alimentação das crianças no seio familiar e a distribuição de leite esterilizado (Costa, 1901: 30-34).

Em 1906, Alfredo da Costa elaborou um exaustivo relatório, que entregou ao Conselho da Escola Médico-Cirúrgica de Lisboa, em que denunciava as condições indignas de acolhimento das grávidas e puérperas na Maternidade de S.ta Bárbara, questionando, na introdução, «Maternidade ou antecâmara de um inferno feminino?». Este relatório, publicado, em 1939, por Costa-Sacadura, «com a profunda emoção evocativa da grande figura do Mestre, tão querido e respeitado como amigo leal que sempre também para êle foi», é valioso na descrição do espaço e do funcionamento dessa enfermaria-maternidade (Costa--Sacadura, 1939: 13). Registe-se aqui apenas uma passagem bem ilustrativa da deficiente instalação e da escassez de meios da maternidade que tinha a invocação da santa que protege as parturientes.

Lisboa não tem a bem dizer uma Maternidade. Dentro de um hospital imenso, defeituoso, como todos os que teem o vício de origem da adaptação de um convento vetusto, aninha-se, é certo, um serviço clínico de obstetrícia, arrumado á força n'uma quasi mansarda ampla que tem, por qualidades, a muita luz e bastante ar. O espaço, porém, exiguo, mal permite

75

<sup>&</sup>lt;sup>2</sup> Para o quadro teórico-prático do tempo, *vide* Garnel, 2013.

alli os mais rudimentares serviços de uma clinica regular. Puerperas, de todos os matizes, vivem junctas n'uma promiscuidade nefasta. Tuberculosas, syphiliticas, erysipeladas, ulcerosas, eclampticas e maníacas, tudo se mistura alli n'uma sala unica, em contacto perigoso e anti-cirúrgico. Por entre as puerperas as gravidas, por entre as gravidas as operadas, sem isolamentos, sem distincções, sem resquardos que o espaço não permite e que a suprema razão da economia hospitalar nem ao menos consente que se vigiem, se mediquem e se tratem pela diligência de um pessoal numeroso, bom e regularmente pago. [...] A um lado existe um refeitorio pequeno, a um tempo quarto de passagem, lavadoiro de loiças e sala de conversa das gravidas e puerperas que não estão acamadas. Seria, dentro da sua modestia mobiliaria e exiguidade metrica, ainda assim, um refeitorio passavel, se não fosse um logar de passagem obrigatoria entre a enfermaria e as suas dependencias menores. Assim, mulher que tem de obedecer ás necessidades imperiosas de uma evacuação rectal, tem de passar pelo refeitorio para se dirigir á sentina. [...] Quanto ás dependencias menores são como em toda a parte onde teem de se albergar mulheres da mais baixa condição social. Não haveria que lhes fazer reparos se ao seu acanhamento não se juntasse a qualidade de ficarem encravadas no meio dos serviços da enfermaria, de que constituem pessima visinhança. Uma casa de banhos com duas tinas para adultos e duas outras para creanças; uma cozinha suja, onde a acumulação de todos os serviços de aquecimento, agua, despejos, lavagens, deposito de carvão, etc, torna a limpeza quasi impossivel; uma retrete á inglesa com autoclismo e tampos duplos de mogno e uma

arrecadação sem luz e sem ar por carencia de janella... Se a tudo isto junctarmos a referencia de meia duzia de cubiculos dispostos, nas aguas furtadas, para alojamento do pessoal e um cubiculo ainda mais reduzido, onde, apropriando-se uma velha e microscopica cozinha, se instalou o gabinete do director, teremos feito a descripção summaria da unica instalação obstetrica de Lisboa. (Costa-Sacadura, 1939: 17-27)

É o discípulo dedicado, Costa-Sacadura, que lembra, na citada publicação, as diligências de Alfredo da Costa para a construção de uma maternidade em Lisboa. Feito o anteprojeto, constituído pela avaliação dos prédios a expropriar, situados entre o Hospital de S. José e S. Lázaro, e pela descrição de todas as dependências desde o rés do chão às mansardas, e consignadas verbas do Estado para esse efeito, passado algum tempo vira Alfredo da Costa a sua difícil realização com o montante totalmente despendido na adaptação do extinto Convento de S.<sup>ta</sup> Marta a hospital para doenças venéreas (Costa-Sacadura, 1939: 35-38).

A 2 de abril de 1910, falecia, em Lisboa, o ilustre professor, sem ver realizado o sonho de anos — a construção de uma maternidade. A 15 de maio seguinte, amigos e admiradores de Alfredo da Costa, em sua homenagem, formaram uma comissão com o objetivo de materializar a esperada maternidade. Dessa comissão faziam parte Costa-Sacadura, Curry Cabral e Augusto Monjardino (Mora, 2013).

Em 1912, apontava-se outro local: considerava-se a adaptação do então Asilo de Mendicidade (fundado em 1836), hoje Hospital de S.to António dos Capuchos (criado em 1928). E pressionava Costa-Sacadura com a estatística do obituário infantil: das 820 crianças nascidas na Enfermaria de S.ta Bárbara do Hospital de S. José, 100 eram nados-mortos e 153 haviam falecido nos primeiros 15 dias de vida, ou seja, registava-se uma mortalidade global de 30,8 % (Costa-Sacadura, 1939: 42). Entre 1912 e 1914, procedeu Costa-Sacadura a algumas alterações no serviço de partos de S.ta Bárbara:

a construção de retretes numa *marquise* junto da enfermaria, evitando que as arrastadeiras atravessassem o refeitório. [...] Que a sala de operações ficasse junta da sala de trabalho e se adaptasse para consulta externa uma das dependências; que da *marquise* partissem dois largos tubos conductores — um para roupa suja, outro para pensos — a depósitos ao nível do rez-do-chão. [...] Que se modificasse a escada íngreme [...] causa de tantos desastres, arranjando-se um novo gabinete para o director e assistentes. (Costa-Sacadura, 1939: 42)

Para o efeito, Costa-Sacadura fez uma subscrição com os assistentes: ele contribuiu com 45 contos, Fernando de Freitas Simões com 4 contos e Pedro da Cunha e Joaquim Fontes com 2 contos.

Por decreto de 9 de julho de 1918, foi criado o Serviço n.º 7 dos Hospitais Civis de Lisboa, destinado a grávidas e puérperas. Foi instalado nove anos depois, em 1927, nas mansardas do Hospital de S. José, com 80 camas, sob o epíteto de Magalhães Coutinho (1815-1895) — que foi diretor da Escola Médico-Cirúrgica de Lisboa —, transferido, em 1931, para o Hospital de S. Lázaro, dispondo de 132 camas (Almeida, 1983: 36-37), transferido, em 1969, para um edifício provisório e, em 1996, reinstalado no Pavilhão D. Pedro V, no Hospital da Estefânia.

Concluído o plano da aguardada maternidade, em 1914, a sua concretização, em 1917, com projeto inicial do arquiteto Ventura Terra³, ficou a dever-se ao empenho dos professores Dr. Augusto Monjardino e Dr. Costa-Sacadura, que vieram a desempenhar, respetivamente, as funções de diretor e de subdiretor da maternidade, que adotou, em justa homenagem, o nome do prestigiado obstetra que dedicara

<sup>&</sup>lt;sup>3</sup> Ventura Terra projetou, no campo da assistência, o edifício da Associação Protectora da Primeira Infância (1901) e, na área da saúde, o da Maternidade Dr. Alfredo da Costa (1908). *Vide* Gonçalves, 1994a e 1994b. Registe-se que a referida associação, instalada em dois edifícios no Largo do Museu Militar, um destinado a vacaria e outro a lactário, foi fundada por um grupo de beneméritos liderados por Rodrigo Aboim Ascensão, inspirado nas denominadas *gotas de leite*, associações existentes, na altura, em alguns países da Europa. O seu sobrinho, genro e herdeiro, Manuel Aboim Ascensão de Sande Lemos — casado com D. Maria da Piedade Lamas Aboim de Ascensão, filha daquele benfeitor —, o qual foi académico da Academia Portuguesa da História, dirigiu essa associação. Assinale-se, por curiosidade, que nesta academia foi instituído o Prémio Aboim Sande Lemos. *Vide* portaria n.º 11/84 de 6 de janeiro (*Diário da República n.º 5/84 – I Série*).

muito do seu empenho à sua construção. Edificada nos terrenos doados pela condessa de Camaride, D. Maria Isabel Freire de Andrade e Castro, à Associação de Nossa Senhora da Conceição para a ereção de um templo à Imaculada Conceição de Maria, padroeira do reino, em comemoração do 50.º aniversário da sua definição dogmática — bens que foram atribuídos, com a República, à Direcção-Geral de Assistência (Maternidade Dr. Alfredo da Costa, 1938: 3)4 –, a Maternidade Dr. Alfredo da Costa, inaugurada no dia 31 de maio de 1932, abriu ao público no dia 5 de dezembro desse ano, com o contributo anónimo de 1500 contos do benemérito Rovisco Pais (Almeida, 1983: 38-39). Pertencia o espaço à Quinta de S.<sup>to</sup> António dos Pescocinhos, uma das que cercavam o Palácio de Camaride<sup>5</sup>, às Picoas, onde chegaram a existir os respetivos alicerces do referido Templo da Imaculada, cuja primeira pedra fora solenemente lançada a 8 de dezembro de 1904 (ANTT, Armário da Casa da Coroa, gav. 16, mç. 4, Auto da colocação da pedra do templo).

Com lotação inicial de 300 camas<sup>6</sup>, 250 destinadas a Obstetrícia e 50 a Ginecologia, os dados conhecidos admitem a conclusão de que o número de grávidas assistidas sextuplicou logo no primeiro ano de funcionamento.

Desde o início que a maternidade constituiu um marco de qualidade na prestação de cuidados obstétricos e neonatais em Portugal, bem como na investigação científica. Os números avaliados apontam para mais de 540 000 crianças nascidas na Maternidade Dr. Alfredo da Costa, a maior instituição nacional no género, desde a sua abertura até 2005<sup>7</sup>.

O decreto-lei n.º 44/2012, de 23 de fevereiro, procedeu à extinção e integração por fusão no Centro Hospitalar de Lisboa Central, EPE, «embrião do projetado polo oriental da cidade de Lisboa», do Hospital de Curry Cabral, EPE, e da Maternidade Dr. Alfredo da Costa, «com base em critérios de homogeneidade demográfica e complementaridade assistencial»<sup>8</sup>. O Centro Hospitalar de Lisboa Central, EPE, foi criado a 28 de fevereiro de 2007, através do decreto-lei

<sup>&</sup>lt;sup>4</sup> A Imaculada Conceição é o segundo dogma católico, a conceção da Virgem Maria sem mancha, tendo sido proclamado pelo Papa Pio IX a 8 de dezembro de 1854. A festa já era comemorada a 8 de dezembro desde o Papa Sisto IV, que a definiu como festa universal a 28 de fevereiro de 1476.

<sup>&</sup>lt;sup>5</sup> Quando foi construído, este palácio oitocentista dava para a Estrada das Picoas. Com o traçado das Avenidas Novas, o jardim passou a dar para a Rotunda das Picoas, depois Praça Duque de Saldanha. O palácio sobreviveu até 1939.

<sup>&</sup>lt;sup>6</sup> Vide Maternidade Dr. Alfredo da Costa, 1938: 5-6, o decreto de instituição da maternidade, e, entre as pp. 9-33, o respetivo regulamento orgânico, pelo qual se sabe que as doentes admitidas se agrupavam em três categorias: pensionistas (com subvenção do Estado), porcionistas (pagavam a estada) e indigentes (com o apoio da Misericórdia).

<sup>&</sup>lt;sup>7</sup> Vide Centro Hospitalar Universitário de Lisboa Central, EPE (s. d.).

<sup>&</sup>lt;sup>8</sup> Vide decreto-lei n.º 44/2012 de 23 de fevereiro (Diário da República n.º 39/2012 – I Série).

n.º 50-A/2007, e juntou o Centro Hospitalar de Lisboa-Zona Central — hospitais de S. José e de S.to António dos Capuchos — e os hospitais de S.ta Marta e de D. Estefânia9. Neste contexto se situa a intenção de criação do Hospital Oriental de Lisboa, de Todos-os-Santos, de que refiro apenas a legislação relativa à designação da equipa para a preparação desse projeto de estudo, o despacho n.º 1317-A/2014, de 27 de janeiro, que remete para a principal legislação sobre a matéria<sup>10</sup>.

Lembro, em síntese, que a história destes hospitais remonta ao quatrocentista Hospital de Todos-os-Santos, o qual, após a sua destruição na sequência do terramoto de 1755, deu lugar ao Hospital de S. José, que, entre o final do século XIX e o início do século XX, agregou um conjunto de outros hospitais, dando origem, inicialmente, ao grupo Hospital de S. José e Anexos e, posteriormente, em 1913, ao grupo Hospitais Civis de Lisboa. Em 1989, verificou-se a separação dos Hospitais Civis de Lisboa em diferentes hospitais, mantendo-se

como único grupo o subgrupo hospitalar Capuchos, Desterro e Arroios. O imperativo de otimizar capacidades e recursos, numa gestão comum, levou à criação do Centro Hospitalar de Lisboa-Zona Central, pela portaria n.º 115-A/2004, de 30 de janeiro, o que conduziu à extinção, como pessoa coletiva, do Hospital de S. José e do referido subgrupo hospitalar e, durante esse processo de reorganização, ao encerramento dos hospitais de Arroios e do Desterro.

Em 2012, nas comemorações que assinalaram a passagem dos seus 80 anos, publicou-se a 2.ª edição dos *Protocolos de atuação da Maternidade Dr. Alfredo da Costa* (2012). A 5 de dezembro do ano seguinte, foi lançada pela Bertrand Editora, na Biblioteca Municipal Central Palácio Galveias, a obra *Em defesa da Maternidade Alfredo da Costa*, coordenada por Ana Campos e Ricardo Sá Fernandes, com prefácio de António Correia de Campos. A mesma foi apresentada por Helena Roseta, arquiteta e presidente da Assembleia

<sup>&</sup>lt;sup>9</sup> Conforme estipulado nesse decreto-lei, o Centro Hospitalar de Lisboa Central, EPE, integra o sector empresarial do Estado desde 1 de março de 2007. *Vide* o respetivo organograma (http://www.chlc.min-saude.pt/ResourcesUser/CHL/Principios\_Bom\_Governo/CHLCEPE\_Identificacao\_da\_empresa.pdf), o regulamento interno (http://www.chlc.min-saude.pt/ResourcesUser/CHL/Principios\_Bom\_Governo/Regulamento\_Interno\_21\_03\_2014.pdf) e a ficha síntese (http://www.chlc.min-saude.pt/ResourcesUser/CHL/Principios\_Bom\_Governo/CHLC\_EPE\_Modelo\_1\_Ficha\_sintese\_15\_05\_2013\_.pdf).

<sup>&</sup>lt;sup>10</sup> Vide despacho n.º 1317-A/2014 de 27 de janeiro (*Diário da República n.º 18/2014 – II Série*), pelo qual, considerando o «Despach n.º 16933-A/2013, de 27 de dezembro de 2013, publicado no *Diário da República*, 2.ª série, n.º 252, de 30 de dezembro, relativo ao projeto denominado de Hospital Lisboa Oriental, onde se determina "[...] para os efeitos previstos nos artigos 9.º e 10.º do Decreto-Lei n.º 111/2012, de 23 de maio, [...] aos organismos competentes dos Ministérios das Finanças e da Saúde, a adoção das diligências necessárias de modo a que a designação da equipa de projeto ocorra até ao dia 31 de janeiro de 2014"» e o «pedido de relançamento do projeto relativo à construção do Hospital de Lisboa Oriental, apresentado, com data de 17 de dezembro de 2013, pela Administração Regional de Saúde de Lisboa e Vale do Tejo, I. P., no qual esta entidade expôs o respetivo entendimento», e se designa «a equipa de projeto para a preparação do processo de estudo e lançamento do projeto do Hospital de Lisboa Oriental».

Municipal de Lisboa, e por Paulo Moreira, professor da Escola Nacional de Saúde Pública e diretor do *International Journal of Healthcare Management*. A maternidade mantém-se em funcionamento, até à construção e abertura do novo Hospital de Todos-os-Santos, em Lisboa oriental<sup>11</sup>. Construída de raiz, pela Maternidade Dr. Alfredo da Costa passou uma plêiade de obstetras e ginecologistas que a consagrou, desde a sua fundação até à atualidade, como centro de excelência da assistência materno-infantil.

Claro fica, do exposto, o percurso histórico que culminou na criação, em Lisboa, da Maternidade Alfredo da Costa, atual centro de excelência de cuidados obstétricos e neonatais. Entroncando na secular enfermaria de partos de Santa Bárbara, do Hospital Real de S. José, da qual foi diretor o nomeado médico, aqui se evidenciaram as suas preocupações e propostas de reforma, perante as deficientes condições desse espaço e as débeis formas de proteção às puérperas e aos recém-nascidos pobres.

# Bibliografia

#### Manuscrita

Arquivo Nacional Torre do Tombo (ANTT), Armário da Casa da Coroa, gav. 16, mç. 4, Auto da colocação da pedra do templo;

### *Impressa*

Almeida, C.B. de (1983). Subsídios para a história da Maternidade Dr. Alfredo da Costa. Maternidade Dr. Alfredo da Costa. Lisboa;

Botelho, L.S. (1994). Escola Médico-Cirúrgica. Em: F. Santana e E. Sucena (eds.). *Dicionário da história de Lisboa*. S. n. Lisboa;

Costa, A. da (1899). A protecção às mulheres gravidas pobres. Curso de Obstetrícia da Escola Medico-Cirurgica de Lisboa. Anno lectivo de 1899-1900. Lição de abertura (14 de novembro de 1899). Typographia do Dia. Lisboa;

Costa, A. da (1901). A protecção aos recem-nascidos pobres. Curso de Obstetrícia da Escola Medico-Cirurgica de Lisboa. Anno lectivo de 1900-1901. Lição de abertura (6 de novembro de 1900). Typographia do Dia. Lisboa;

Costa-Sacadura (1939). Subsídios para a história das maternidades de Lisboa. Enfermaria de Partos de Santa Bárbara. S. n. Lisboa;

Decreto-lei n.º 44/2012 de 23 de fevereiro. Diário da República n.º 39/2012 – I Série. Ministério da Saúde. Lisboa:

Despacho n.º 1317-A/2014 de 27 de janeiro. Diário da República n.º 18/2014 – II Série. Ministério das Finanças. Lisboa;

Freitas, M.P.V. de (2011). *Comadres e matronas*. *Contributo para a história das parteiras em Portugal (sécs.* XIII-XIX). Lusociência. Lisboa;

Garnel, M.R.L. (2013). Da Escola Régia de Cirurgia à Faculdade de Medicina de Lisboa. O ensino médico: 1825-1950. Em: S.C. Matos e J.R. do Ó (eds.). *A Universidade de Lisboa, séculos* XIX-XX. Tinta-da-China. Lisboa. 2.º vol.;

Gonçalves, J. da C. (1994a). Associação Protectora da Primeira Infância. Em: F. Santana e E. Sucena (eds.). *Dicionário da história de Lisboa*. S. n. Lisboa;

<sup>&</sup>lt;sup>11</sup> *Vide* o ofício da Administração Regional de Saúde de Lisboa e Vale do Tejo sobre rede de equipamentos hospitalares na cidade de Lisboa, de 7 de julho de 2017. Assembleia Municipal de Lisboa (2017).

Gonçalves, J. da C. (1994b). Miguel Ventura Terra. Em: F. Santana e E. Sucena (eds.). *Dicionário da história de Lisboa*. S. n. Lisboa;

Maternidade Dr. Alfredo da Costa (1938). *Legislação*. 1914-1936. Maternidade Dr. Alfredo da Costa. Lisboa;

Mendes, J.C. (1999). Alfredo da Costa. Em: *Verbo. Enciclopédia luso-brasileira de cultura. Edição s*éculo XXI. Editorial Verbo. Lisboa, São Paulo. 8.º vol.;

Portaria n.º 11/84 de 6 de janeiro. *Diário da República n.º 5/84 – I Série*. Ministério da Cultura. Lisboa;

Rego, J.F. do (1959). Alfredo da Costa. Médico e apóstolo. *Jornal do Médico*, **39 (863)**: 757-766;

Romeiras, F.M. (2018). *Os Jesuítas em Portugal depois de Pombal. História ilustrada*. Lucerna. Parede:

## Digital

Assembleia Municipal de Lisboa (2017). *Rede de equipamentos hospitalares na cidade de Lisboa*. Acedido em 14 de junho de 2021, em: https://www.am-lisboa.pt/documentos/150 0572401U8xGF4rb0Vp54HA6.pdf;

Baptista, V. (2016). Os partos e as maternidades em Portugal (1889-1943) – Os casos nas cidades de Lisboa, Porto e Coimbra [Versão eletrónica]. *Revista de História Regional*, 21 (2): 364-388. Acedido em 11 de junho de 2021, em: https://revistas2.uepg.br/index.php/rhr/article/view/9084/5475;

Barreto, M.R.N. (2011). Ciência, educação e circulação do saber médico nos manuais de Obstetrícia oitocentista. Acedido em 11 de junho de 2021, no Web site do: XXVI Simpósio Nacional

de História: http://www.snh2011.anpuh.org/resources/anais/14/1300670092\_ARQUIVO\_TextoAnpuh2011.pdf;

Carneiro, M. do N. (2005). A nova cultura científica na Obstetrícia e seus efeitos profissionais (séc. XIX) [Versão eletrónica]. *Revista da Faculdade de Letras. História*, **6**: 69-98. Acedido em 11 de junho de 2021, em: http://ler.letras.up.pt/uploads/ficheiros/3377.pdf;

Centro Hospitalar de Lisboa Central, EPE (s. d.). Acedido em 2015, em: http://www.chlc.min-saude.pt/;

Centro Hospitalar Universitário de Lisboa Central, EPE (s. d.). *Maternidade Dr. Alfredo da Costa*. Acedido em 14 de junho de 2021, em: http://www.chlc.min-saude.pt/maternidade-dr-alfredo-da-costa/;

Mora, L.D. (2013, junho). A cirurgia geral e os cirurgiões do Hospital de São José, em Lisboa no início do século xx. *Revista Portuguesa de Cirurgia*, **25**: 51-72. Acedido em 11 de junho de 2021, em: https://revista.spcir.com/index.php/spcir/article/view/314/307;

Reis, M. de F. (2018). Medicina da mulher em Portugal: Discursos e profissionais do parto. Rumos da historiografia. Em: M.E. de B. Ribeiro e S.S.L. França (eds.). *A escrita da História de um lado a outro do Atlântico*. Cultura Acadêmica Editora. São Paulo. Acedido em 11 de junho de 2021, em: https://www.academia.edu/37033761/Fern%C3%A3o\_Lopes\_o\_Rei\_D\_Jo%C3%A3o\_I\_e\_a\_Historiografia\_Luso\_Brasileira\_algumas\_considera%C3%A7%C3%B5es\_In\_RIBEIRO\_M\_E\_FRAN%C3%87A\_S\_Orgs\_A\_escrita\_da\_Hist%C3%B3ria\_de\_um\_lado\_a\_outro\_do\_Atl%-C3%A2ntico\_livro\_digital\_completo\_.